

APRECIACÕES INTRODUTÓRIAS ACERCA DA FAMÍLIA: CONTRIBUIÇÕES À EDUCAÇÃO

BARBOSA, Renata Peres – UEL
renatinha_peress@hotmail.com

Área Temática: Diversidade e Inclusão
Agência Financiadora: Não contou com financiamento

Resumo

O presente estudo intenta realizar apreciações introdutórias sobre a origem da família monogâmica, investigando se esta se contempla como uma estratégia capitalista ou expressão de amor. Ainda se considera como nosso objetivo, abordar a discussão acerca da estrutura familiar nuclear burguesa, destacando a divisão de papéis nela presentes, bem como algumas de suas mazelas. Para isso, foi preciso adentrar no conceito de família, e considerar que este conceito só se constitui a partir dos fatores sócio-histórico-culturais. Assim, deve-se compreendê-lo dentro das transformações sociais, como reflexo das mutações societárias, podendo ser influenciadas pelo contexto, cultura e classe social. Nesse sentido, nossa discussão caminha na direção de suscitar reflexões acerca da família, em especial, no que concerne o caráter ideológico imbuído nessa instituição. O estudo pautou-se na metodologia qualitativa e estudo bibliográfico. O estudo nos indicou que a família carrega uma imensa carga ideológica por detrás de si, trazendo consigo uma visão de sociedade e de homem. Também concluímos que no decorrer da história da instituição familiar é notável a divisão de papéis. No que concerne a família monogâmica, constatamos que esta nasce como estratégia capitalista, porém, na contemporaneidade esta condição vai paliativamente sendo superada. No que tange a família nuclear burguesa, percebemos que esta preza o individualismo, a privacidade, fruto das necessidades impostas pelo contexto sócio-político-econômico. A mulher é tida inferior ao homem, marca predominante. Entretanto, consideramos que as transformações sociais e econômicas que foram se efetivando, impulsionaram a mulher ao desempenho de um novo papel. Porém, percebemos que ainda se mescla com os valores conservadores da estrutura da família burguesa, com a presença de diversos princípios e condutas sociais cristalizadas pela ideologia, e que apesar das mutações temporais, a base da família burguesa ainda prevalece.

Palavras-chave: Organização familiar; Ideologia; Família monogâmica; Família nuclear burguesa.

Introdução

Ao abordar a temática “família”, é preciso entender primeiramente que este conceito só se constitui a partir dos fatores sócio-histórico-culturais. Partindo das contribuições de Prado (1985) ainda como premissa básica, consideremos que a família “se exerce [...] sobre as outras instituições e sobre a sociedade em geral” (PRADO, 1985, p.82), e que por sua vez,

cada sociedade tem suas peculiaridades de acordo com o período histórico. Isto é, deve-se compreender o conceito de família dentro das transformações sociais, como reflexo das mutações societárias, podendo ser influenciadas pelo contexto, cultura, classe social, etc. Dessa forma, o conceito de família já sofreu e ainda sofre inúmeras mudanças conceituais, em suas funções, suas estruturas e sua forma de organização. Entende-se assim, que “a família não é um simples fenômeno natural. Ela é uma instituição social variando através da História e apresentando até formas e finalidades diversas numa mesma época e lugar, conforme o grupo social que esteja sendo observado” (PRADO, 1985, p.12). Com efeito, a família é assim:

não só um tecido fundamental de relações mas também um conjunto de papéis socialmente definidos. A organização da vida familiar depende do que a sociedade através de seus usos e costumes espera de um pai, de uma mãe, dos filhos, de todos seus membros, enfim. Nem sempre, porém, a opinião geral é unânime, o que resulta em formas diversas de família além do modelo social preconizado e valorizado (PRADO, 1985, p. 23).

Para conceituá-la, deve-se considerar toda a evolução histórica dessa instituição, entendendo que cada período histórico registra suas peculiaridades.

Prado (1985) nos contribui para o entendimento da organização da família matriarcal. Esta organização familiar esteve presente nas organizações primitivas, em que a propriedade privada ainda não havia sido instituída, de maneira que a sociedade se organizava em prol da comunidade. O papel que a mulher desempenhava era de maior prestígio, na medida em que “exerciam o controle das principais técnicas de sobrevivência” (PRADO, 1985, p. 56), e além disso “havia o culto ao poder reprodutivo feminino” (ibid, p. 55). Entretanto, de acordo com Engels, com o domínio das técnicas do arado pelo homem, as relações de poder econômico e social se transferem para os mesmos (ENGELS apud PRADO, 1985). Nessa perspectiva, institui-se a família patriarcal, em que o pai é o responsável por marcar socialmente sua família, por meio da condição econômica. O nome do pai é carregado pelos filhos, havendo a preocupação com a perpetuação de hábitos, valores, privilegiando o status social. A partir da noção de organização familiar patriarcal, é que foram sendo desenvolvidas às relações de propriedade privada, e assim, a preocupação voltou-se para a “criação e transmissão de bens, títulos e direitos, o que permitia manter e reforçar os laços internos”(ENGELS apud PRADO, 1985, p.65). Para manutenção desses interesses, exigiu-se uniões matrimoniais que

preservassem essa perpetuação dos bens, assim, a “posição nos grupos familiares dependiam em grande medida dos laços matrimoniais contratados” (ENGELS apud PRADO, 1985, p.66).

Para melhor encaminhar essa discussão, nos apoiamos nos escritos de Marx e Engels, que buscaram nas origens da família e da propriedade privada argumentos para desmascarar a ideologia burguesa. Ainda afirmaram que o modo de produção capitalista e a família monogâmica patriarcal sustentavam essa ideologia. A partir disso, Engels aprofunda suas reflexões com sua obra “a origem da família, da propriedade privada e do Estado”. Nesses escritos, faz menção destacada a família monogâmica, e como auxílio, apóia-se nos escritos de Morgan. Morgan descreve as organizações familiares anteriores a família monogâmica, sendo estas, a título de ilustração, a família consangüínea, família pulanuana, família sindiasmica ou de casal, família patriarcal, até chegar à família monogâmica (MORGAN, 1987). Engels aponta que a família monogâmica é o reflexo das relações de produção da sociedade capitalista. Para ele, com a família monogâmica, “cria-se uma imagem reduzida das contradições e dos antagonismos em meio aos quais se move a sociedade dividida em classes, depois de seu ingresso na fase da civilização” (ENGELS, 1987, p.80).

Seguindo ainda as reflexões de Engels, para entender as origens da família monogâmica, é necessário comparar e analisar os papéis que ambos os sexos desempenhavam, pois a monogamia é “para a mulher e não para o homem. Esse caráter se conserva até hoje” (ENGELS, 1987, p.75). Entende-se assim que a monogamia “não surge absolutamente na história como uma espécie de reconciliação entre o homem e a mulher, e menos ainda como a forma mais elevada de família. Comparece em cena sob forma de sujeição de um sexo ao outro” (ibid, p.78).

Dessa forma, suas apreciações caminham no sentido de que “a família monogâmica [...] é característico da nascente civilização [...] se baseia no poder do homem, com a finalidade precípua de procriar filhos de paternidade incontestada (ENGELS, 1987, p.74), e que a “preponderância do homem na família e procriação dos filhos que têm de ser seus e que são destinados a se tornarem os herdeiros de sua fortuna” são como regras (ENGELS, 1987, p.77).

Assim, cabe evidenciar, que, realizando alguns recortes de períodos da antiguidade, já é possível perceber o patriarcado como predominante. Entre os gregos, no período heróico, “a mulher aparece humilhada pelo predomínio do homem e pela concorrência das escravas” (MARX apud ENGELS, 1987, p. 74). Nesse sentido, “a existência da escravidão ao lado da

monogamia, a presença de jovens belas prisioneiras que pertenciam de corpo e alma ao homem [...] constituem desde suas origens do caráter específico da monogamia” (ENGELS, 1987, p.75). Em Atenas “o homem se ocupava com exercícios físicos e discussões públicas, dos quais a mulher era excluída; além disso, tinha também algumas escravas a sua disposição” (ibid, p. 76). A função da mulher era de servir e de procriar. A prostituição era bem generalizada, e tornou-se o meio pelo qual as mulheres da Grécia “colocaram-se acima do nível geral do mundo feminino da Antiguidade” (ibid, p.77). Ainda em Atenas, a lei não só impunha o casamento, mas também a realização pelo marido de um mínimo do que é definido como o dever conjugal” (ibid, p.78).

Como se depreende, Engels (1987) afirma que “a monogamia não foi de modo algum fruto do amor sexual individual, com o qual não tinha absolutamente nada em comum, já que o casamento continuou a ser [...] uma convenção” (ENGELS, 1987, p.77). Seguindo esse raciocínio, continuemos a destacar o papel atribuído a mulher, que “tornou-se a primeira criada, excluída de qualquer participação na produção social” (ibid, p.86), e submetida a essa lógica, “o casamento de conveniência transforma-se na mais infame das prostituições” (ibid, p.84). Nascimento (2006) faz uma análise da realidade brasileira e assim tenta situar a família patriarcal definida nos traços brasileiros. Essa organização familiar se deu no período colonial, em que predominava as relações de cunho paternalista (dono, pai, chefe), detentor do poder político e econômico. À luz desse contexto, no interior da família se preservavam princípios conservadores – moral, bens, propriedade privada.

Pode-se observar que são mecanismos de poder que se instalam no ideário da sociedade, e que assim vão se perpetuando. Mas de que maneira essas relações de poder se concretizam? Fromm faz esse questionamento, e a partir da articulação entre da psicanálise freudiana e da teoria marxista, busca explicar na história, como as pessoas são submetidas a ordens e regras, e de que maneira os indivíduos estabelecem essas relações de poder.

Explicita que a sociedade sustenta relações de poder estabelecidas pelo homem, e expressadas por certas instituições como a Família, Escola e a Igreja, e que são internalizados nos indivíduos pela pressão externa. Todavia, essa internalização não é somente de domínio externo. Fromm vem reforçar que através da instância psíquica do Super-Ego, é que se assimila as funções proibitivas, e assim vão se constituindo e se internalizando. São mecanismos que agem no inconsciente, e que levam a condição de medo, de submissão, violência, que são estabelecidos socialmente e moralmente desde a infância. O Super-Ego é

emergido pelas figuras que exercem ação de autoridade, dentre elas os educadores, pais, etc, fazendo com que os indivíduos se identifiquem com o Super-Ego das autoridades. Para entender essas relações dentro da família, Fromm faz menção ao complexo de Édipo. Na relação com o pai, a criança – sexo masculino – até os cinco anos, vai desenvolvendo certo sentimento de amor pela mãe, e o contrário com o pai, o tendo como rival. Porém, devido a suas conquistas e ao papel que desempenha, a criança tem como representação o pai, e passa a admirá-lo. Assim, terá como figura a seguir o próprio pai, que, dentro da sociedade patriarcal, reforça a concepção masculino-machista.

A partir das contribuições de Fromm, é possível então, perceber como essas relações de poder e autoridade vão se mantendo nas sociedades, e retomando nosso foco de análise, na organização familiar patriarcal monogâmica. Voltemos à pergunta inicial, questionando se a família monogâmica se contempla como uma estratégia capitalista ou expressão de amor.

Segundo as considerações de Engels, percebe-se que a finalidade da família monogâmica é a procriação, por conta das forças produtivas, no qual as relações familiares “é formado pelo tédio e pelo dinheiro” (ENGELS, 1987, p.71). Engels defende que o amor na família monogâmica só se daria no socialismo, pois assim haveria a expropriação dos meios de produção. Além disso, não seria necessário ter filhos para manter os bens, pois, não tendo do que se apropriar, a hereditariedade não se manteria. Assim, os filhos e o matrimônio seriam expressão de amor. Nesse sentido, “a monogamia socialista deriva diretamente da espiritualidade e não da economia”, contudo “na família socialista, o desejo de amar, enquanto expressão moral e estética do desejo sexual, aparece em primeiro plano” (ENGELS, 1987, p.73).

Prado (1985) faz uma crítica à posição de Engels, ao afirmar que “seu rígido evolucionismo esta ultrapassado, mas sem dúvida ainda hoje persiste a interdependência de certas legislações familiares com o modo de transmissão da propriedade privada aos seus descendentes” (PRADO, 1985, p. 59). Também aponta que sua “associação da propriedade privada com a opressão das mulheres [...] não corresponde à realidade (id, ibid). Dessa forma, nos questionemos em que medida o texto de Engels esta ultrapassado? e em que medida esta atualizado?

Para responder a essa questão, é preciso adentrar no universo contemporâneo, e analisar a instituição familiar atual. Observa-se que com a entrada da mulher no mercado de

trabalho, houve um avanço na conquista de seus direitos. No sistema legislativo, a mulher também já conquistou seu espaço, o que Engels faz uma ressalva:

Os sistemas de legislação da civilização moderna, reconhecem cada vez mais, em primeiro lugar, que o casamento, para ser válido, tem de ser um contrato livremente estipulado pelas duas partes; e, em segundo, que durante o casamento as duas partes devem ter os mesmos direitos e deveres; e que, se essas duas condições teóricas tivessem uma conseqüente aplicação prática, as mulheres teriam tudo o que poderiam desejar [...] a real condição [...] não tem nada a ver com a lei” (ENGELS, 1987, p.85)

Ora, qual o valor da família na contemporaneidade? Se preserva na posição de Engels? Percebemos que a monogamia nasce como estratégia capitalista, porém, na contemporaneidade esta condição vai paliativamente sendo superada. A divisão de papéis é marca predominante advinda da monogamia, no qual, ao longo da história a mulher foi tida inferior ao homem, o que reflete até hoje. Entretanto, consideramos que as transformações sociais e econômicas que foram se efetivando, impulsionaram a mulher ao desempenho de um novo papel. Porém, percebemos que ainda se mescla com os valores conservadores. Devemos verificar se o papel que a mulher conquistou, principalmente com sua entrada no mercado de trabalho, estão mantendo a lógica conservadora-patriarcal-machista, na medida em que busca se igualar ao homem. E ao se igualar ao homem, não se liberta da ideologia imposta. Ademais, ainda questionamos: a família hoje, se mantém nos moldes conservadores, dirigidos por interesses econômicos, ou é manifestações de amor? Com o intuito de suscitar essas reflexões é que nas linhas a seguir adentraremos na discussão da família na contemporaneidade.

Família e ideologia

Cumpre ressaltar que a família é uma instituição social, portanto “não é algo natural, biológico, mas uma instituição criada pelos homens em relação, que se constitui de formas diferentes em situações e tempos diferentes, para responder às necessidades sociais” (REIS, 1984, p.102). Sem considerar os fatores sócio-históricos-culturais, a família passa a ser entendida como uma instituição inalterada, natural, a-histórica. Reis (1984) situa alguns autores que partilham dessas concepções, como Talcott Parsons, ao considerar “a família nuclear burguesa [...] sinônimo de família”, como “universal e imutável” (REIS, 1984, p.100).

Outro exemplo citado por Reis (1984), é sobre a falta de visão social presente em Freud, que o faz “naturalizar e universalizar a família burguesa” (id, ibid).

À luz desse contexto, constituindo-se como instituição determinada pelos fatores sócio-históricos-culturais, a família carrega uma imensa carga ideológica por detrás de si, trazendo consigo uma visão de sociedade e de homem. Dessa forma, Reis (1984) coloca que a família tem uma função de reprodutora ideológica, em que “promove [...] sua própria reprodução social: é na família que os indivíduos são educados para [...] continuar [...] a estrutura familiar” (p. 102). Nessa perspectiva, observa-se que “a instituição familiar é [...] regida por leis, normas e costumes que definem direitos e deveres dos seus membros e, portanto, os papéis de marido e mulher, de pai, mãe e filhos deverão reproduzir as relações de poder da sociedade em que vivem” (LANE, 1985, p. 40). Isto é, os papéis sociais são definidos e estereotipados, em função da ideologia imposta. É da própria família que decorre as “cristalizações de padrões de conduta” (REIS, 1984, p.115) na medida em que os “pais, principais agentes da educação, ensinam a ver a família como algo natural e universal, e por isso, imutável” (ibid, p. 102). Entendemos assim, que as normas de conduta impostas vão de acordo com os interesses da ordem dominante, podendo dizer-se então que é “o Estado que determina os papéis sociais em função de seus interesses” (REIS, 1984, p.116). Na própria legislação, já há a definição do lugar da família frente às políticas sociais, e assim, influenciando as políticas educacionais, pois são de cunho social. Sob esse prisma,

Ao formar o indivíduo obediente e auto-disciplinado, com iniciativa apenas para bater-se pelos ideais da ascensão social e econômica, a família está preparando o cidadão passivo, acrítico, conservador, sem espontaneidade e incapaz de criar, repetidor de fórmulas veiculadas pela ideologia dominante, pronto para seguir e obedecer quem se apresente revestido de autoridade em defesa da ordem estabelecida (REIS, 1984, p.116).

Ainda nas discussões sobre o caráter ideológico impregnado nas relações sociais, nota-se que “o que antes era função quase exclusiva da família é hoje disseminado por uma vasta gama de agentes sociais, que vão desde a pré-escola até os meios de comunicação de massa [...] imposições de padrões de comportamentos veiculados como normais” (REIS, 1984, p.103). Verifica-se assim, como esse papel social esta presente na mídia, enfatizando e delineando o papel de cada um. Podemos encontrá-los também, estampados no próprio livro didático, de modo a naturalizar a estrutura familiar. Como professores muitas vezes fazem-se

com propriedade essa perpetuação de papéis, reforçando também a instituição escolar como reprodutora de valores e condutas sociais, destarte, alimentando o “conjunto de papéis socialmente definidos” (PRADO, 1985, p. 23). Dessa forma, “permite transformar a ideologia dominante em uma visão de mundo, em um código de condutas e de valores” (REIS, 1984, p.104).

Com isso, é possível observar que um dos subjulgos da contemporaneidade presentes na no discurso escolar, caem por terra, ao julgar ser um dos principais motivos geradores das dificuldades de aprendizagens das crianças à crucificada “família desestruturada”. Ora, em que se constitui uma família estruturada? É preciso ter a compreensão do que é família, e ainda do que é uma “família estruturada”.

Alguns modelos de família

Voltemo-nos nesse instante, para alguns modelos de família, o que nos possibilita discutir a família predominante na sociedade contemporânea. Para isso, nos basearemos na proposta de Poster (apud REIS, 1984), ao apresentar quatro modelos de família: a aristocrática, a camponesa, a proletária e a burguesa.

Como ponto de partida, tomemo-nos o início da industrialização, pois, segundo Poster (apud REIS, 1984) a família é uma instituição que atende as necessidades desse processo. Com efeito, é o momento de transição e de intensa transformação da estrutura familiar, alterações que conduzem a constituição do modelo de família nuclear burguesa, presente nos dias de hoje. Isto é, o processo de industrialização está ligada a discussão da família, principalmente em questões relacionadas à criança e à mulher. Dessa forma, traçaremos considerações acerca das organizações familiares advindas desse contexto - a organização da família proletária e da família burguesa.

Retomemo-nos então ao processo da industrialização. Nesse instante, prevalece a organização da família proletária. Essa organização familiar pode ser entendida, conforme salientado por Poster, em três estágios distintos.

No primeiro estágio da família proletária, Poster aponta que suas principais características são que “todos os membros da família trabalhavam, em jornadas que variavam de 14 a 17 horas” (POSTER apud REIS, 1984, p.108). A situação nesse período é degradante, de extrema miséria e exploração. Engels (1979), fala da condição de trabalho das rendeiras, das modistas e das costureiras. Aponta que “o único limite para o trabalho é a absoluta

incapacidade de empurrar a agulha um minuto mais” (ENGELS, 1979, p. 66). Refere-se que essas mulheres “estão perpetuamente, em particular no casamento, enfermas, débeis e não põem no mundo senão crianças doentias” (ibid, p. 67). Verifica-se assim, um período de extrema precarização das condições de trabalho e de vida, com altos índices de mortalidade infantil, que são causados principalmente “pelo trabalho das mães fora de casa” (MARX, 1979, p.81). Neste estágio, as relações ainda tinham vestígios da organizações comunais, e assim, os filhos não viviam sob tutela exclusiva dos pais. Engels (1979) faz menção que “uma mãe que pode apenas ver o seu filho, não será uma mãe para ele fatalmente, ela torna-se indiferente, trata-o sem amor, sem cuidado, como uma criança totalmente estranha” (ENGELS, 1979, p. 69), concluindo então que “o trabalho da mulher na fábrica [...] é fatal a família” (ibid, p.69), em que não existem laços afetivos devido as próprias condições de vida.

No segundo estágio da família proletária, diz respeito à fase em que as condições de trabalho começam paliativamente “melhorar”, qualificando alguns setores das fábricas, o que faz com amenize um pouco as precárias condições de vida dos operários. Neste período, Reis (1984) observa haver uma “aproximação dos padrões burgueses de diferenciação de papéis sexuais: a mulher passou a ficar mais tempo em casa com os filhos. Os homens estabeleceram a fábrica e bar como pólos de gravitação da vida social” (REIS, 1984, p. 109). Dessa forma, os laços comunitários também vão se desfazendo, principalmente para a mulher, em que sua “rede social [...] integrava mães, filhas e outras parentas” (id, ibid), perdendo vínculos comunitários.

No terceiro estágio da família proletária, é o momento em que há uma espécie de “aburguesamento ideológico da classe operária no que concerne à vida familiar” (REIS, 1984, p. 109). Isto é, a família proletária passa a compartilhar de características próprias da família burguesa, dentre elas: a mulher é “isolada no lar e o homem [...] valoriza a domesticidade e a privacidade” (id, ibid); a educação dos filhos passa a ser prioridade dos pais; a relação de amor e autoridade ganha destaque, com ênfase na autoridade paterna; são rompidos os laços com a comunidade, agudizando o individualismo.

A Família nuclear burguesa: tecendo algumas de suas mazelas

A família burguesa nasce na Europa, a partir das necessidades da nova classe em ascensão, e “se caracterizavam antes de tudo pelo fechamento da família em si mesma” (REIS, 1984, p.109). Define-se assim, “pelo isolamento, privilegiando a privacidade, a

domesticidade e supervalorizando suas relações emocionais internas, ao formar o cidadão autodisciplinado estava servindo para promover interesses da nova classe dominante” (ibid, p.113).

Há uma rígida divisão dos papéis sexuais. Com efeito, o homem é considerado o indivíduo racional, “provedor material da casa e a autoridade dominante” (REIS, 1984, p.110) que “vivem do e para o trabalho, e sem ele a vida não tem sentido” (ibid, p.119). E o papel atribuído à mulher, desde a mais tenra idade, é de desempenhar tarefas domésticas, procriar e cuidar da educação dos filhos, “dependente do marido [...] totalmente à mercê do marido” (REIS, 1984, p. 110), isto é, “definem-se pela dedicação ao marido e ao filho” (REIS, 1984, p.120). Desse modo, “a mulher permanece ‘a escrava da casa’, uma escrava aprisionada no quarto de dormir, no quarto das crianças, na cozinha” (LENIN, 1979, p.95).

Logo, a partir dessa organização familiar, o magistério passa a ser reconhecido como uma extensão do lar, ligado à maternidade, em que a mulher poderia dar continuidade as tarefas que lhes foram designadas histórica e socialmente. Nesse sentido, o Magistério foi tido como uma profissão para ensinar crianças, próprio para mulher, e consolida-se como carreira feminina.

Esse aspecto ideológico, contribui para que o Magistério se firme como trabalho de mulher, com ênfase na questão de que haveria a conciliação da profissão docente com os afazeres domésticos.

Estes fatos colaboram para a deteriorização dos profissionais docentes, bem como a desvalorização do trabalho feminino em qualquer outro setor. Esta visão deturpada contempla a ideologia do salário complementar, com a justificativa de que a mulher pode ter uma renda inferior a dos homens, já que ela, freqüentemente, é vista como filha ou cônjuge, isto é, com homens que mantêm financeiramente a casa. Com essa feminização, corrobora-se até mesmo ao fato de que a classe docente é mal remunerada, uma profissão de baixo prestígio social, o que é ainda mais enfatizado quando se trata da Educação Infantil e das Séries Iniciais do Ensino Fundamental.

Com efeito, a entrada da mulher no mercado de trabalho em geral, constitui-se como novo elemento na organização societária. Embora venha a “piorar [...] suas condições de vida, pois ela continua sozinha nas obrigações do trabalho doméstico, tendo agora duas jornadas de trabalho” (REIS, 1984, p.117).

Reis (1984) em seus escritos considera que os “novos e importantes elementos têm aparecido constantemente no panorama social, e a família não fica imune a essas influências” (REIS, 1984, p.117), como é o caso do exemplo que citamos anteriormente, da entrada da mulher no mercado de trabalho. Nesse sentido, “tornavam-se agora permissíveis coisas até então proibidas, não só pela lei e a religião, mas também pela moral [...] a convenção e a opinião da vizinhanças” (HOBSBAWN, 2003, p.317). Cabe evidenciar, contudo, que a aceitação do divórcio, bem como os anticoncepcionais traz consigo a nova tônica de relações familiares, sustentados pela contraposição dos valores antecedentes. Dessa forma, vê-se que “a crise da família estava relacionada com mudanças bastante dramáticas nos padrões públicos que governam a conduta sexual, a parceria e a procriação” (HOBSBAWN, 2003, p.316). De acordo com Hobsbawn (2003) trata-se de uma “era de extraordinária liberalização [...] sobretudo para as mulheres” (p.316).

Nessa perspectiva, os jovens também passam a se relacionar de novas formas, apoiados pela indústria cinematográfica, pela indústria da moda, entre outras. Segundo Hobsbawn (2003), inicia-se um movimento de contestação a toda ordem, sobretudo nas manifestações políticas, em que “rejeitavam a ordenação histórica e há muito estabelecida das relações humanas em sociedade, que as convenções e proibições sociais expressavam, sancionavam e simbolizavam” (HOBSBAWN, 2003, p. 327). A juventude, a partir de certas formas de expressão como vestir, agir, falar, difunde uma forma de ser jovem. A revolução informacional – através da tecnologia desenvolvida na informática e nos meios de comunicação - vem enfatizar essas novas relações, ao evidenciar que os jovens é que deverão ensinar os mais velhos e não o contrário. À luz desse contexto, o sexo e as drogas vão ser inseridas como marcas do universo de contestação, não só as roupas, a maneira de agir e de falar. A importante ressalva feito pelo autor, é que essas expressões de contestação, vão sendo absorvidas pelo consumo, caem nas garras do consumo.

Outro fator importante, é que esse movimento político não tem se tornado um movimento coletivo, e expressa mais em sua forma subjetiva, na “busca dos desejos individuais” (HOBSBAWN, 2003, p. 327), o que não permite a realização de projetos mais efetivos. Pode-se dizer que “é o triunfo do indivíduo sobre a sociedade” (ibid, p. 328). O tecido social é rompido, e enfatiza-se a constituição do indivíduo e não mais da sociedade. Ou seja, “o mundo consistia [...] pela busca do desejo individual, incluindo desejos até então proibidos ou malvistas” (id, ibid).

Contudo, entendemos que este isolamento proveniente da família burguesa e das novas organizações dela advindas, se estende pelo restante das relações sociais, degradam as relações humanas, em que não se entende mais o outro, se perde a própria noção de coletividade. Com efeito, “os seres humanos vivem lado a lado, mas não como seres sociais” (HOBBSAWN, 2003, p. 334). Podemos perceber que essa dimensão esta vigente, e em sua fase mais perversa, a do neoliberalismo. Seu discurso é completamente imbuído de que o trabalho depende do indivíduo, de suas escolhas e esconde as perversidade das relações capitalistas neoliberais, sob a “bandeira da soberania do puro mercado” (ibid, p.335) que alimentam a competição e assim, o distanciamento cada vez maior entre os indivíduos.

Considerações finais

O estudo nos indicou que a família carrega uma imensa carga ideológica por detrás de si, trazendo consigo uma visão de sociedade e de homem. Também concluímos que no decorrer da história da instituição familiar é notável a divisão de papéis. No que concerne a família monogâmica, constatamos que esta nasce como estratégia capitalista, porém, na contemporaneidade esta condição vai paliativamente sendo superada. No que tange a família nuclear burguesa, percebemos que esta preza o individualismo, a privacidade, fruto das necessidades impostas pelo contexto. A mulher é tida inferior ao homem, marca predominante. Entretanto, consideramos que as transformações sociais e econômicas que foram se efetivando, impulsionaram a mulher ao desempenho de um novo papel. Porém, percebemos que ainda se mescla com os valores conservadores da estrutura da família burguesa, com a presença de diversos princípios e condutas sociais cristalizadas pela ideologia, e que apesar das mutações temporais, a base da família burguesa ainda prevalece.

Nesse sentido, o que se pode entender como sendo a família? Qual é o papel social desempenhado por essa instituição? Quais são os valores defendidos pela família? Até que ponto ela influencia as demais relações sociais? Podemos falar de família estruturada? São questões que buscamos incutir no decorrer de nossas apreciações, e que levantamos como forma de reflexão e conscientização sobre a instituição familiar.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Elba S. **Bons e maus alunos e suas famílias**, visto pela professora de 1º grau. In: Cadernos de Pesquisa nº. 37, 1981, p. 84-89.

ENGELS, Friedrich. **A família monogâmica**. In: CANEVACCI, Massimo. Dialética da Família: Gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 5. Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

MARX, K. ENGELS, F. LÊNIN, V. **Sobre a mulher**. Práxis. Coleção bases.17; 2 ed. Global editora, 1979, p. 62-98.

FROMM, Erick. **Autoridade e Super-Ego**: O papel da família. In: CANEVACCI, Massimo. Dialética da Família: Gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 5.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

HOBBSBAWN, Eric J. **Era dos extremos**: O breve século XX. 1914-1991. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

LANE, Silvia T. Maurer. **O que é Psicologia Social**. Coleção primeiros passos. São Paulo. Nova Cultural - Brasiliense. 1985.

MORGAN, Lewis. H. **A família Antiga**. In: CANEVACCI, Massimo. Dialética da Família: Gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 5. Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 56-57.

NASCIMENTO, Arlindo Mello de. **População e família brasileira**: ontem e hoje. Trabalho apresentado no XV Encontro de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em caxambu – MG - Brasil, de 18 – 22 de Setembro de 2006.

PRADO, Danda. **O que é Família**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.

REIS, José Roberto Tozoni. **Família, emoção e ideologia**. IN: LANE, Silva T. M. CODO, Wanderley (orgs.). Psicologia Social: o homem em movimento, São Paulo. Brasiliense, 1984, p.99-124.